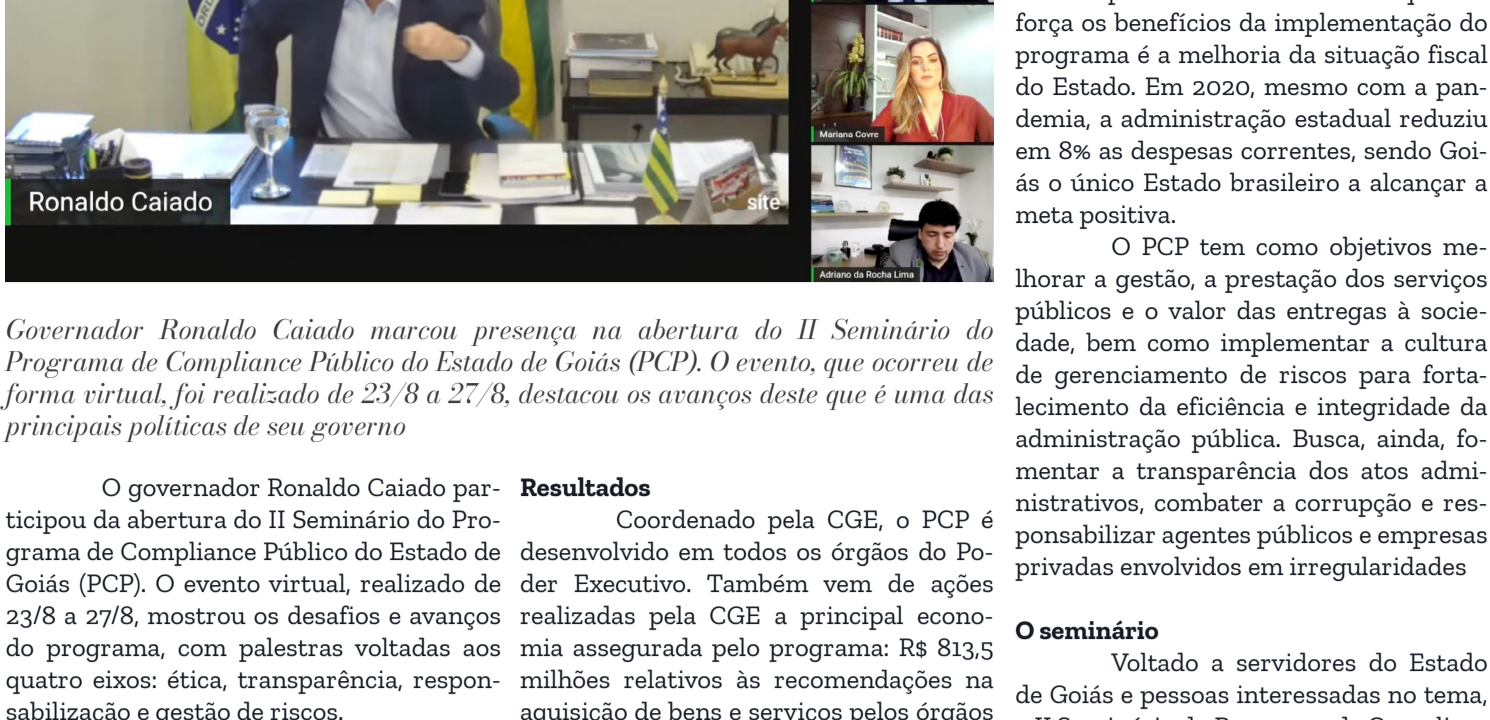


# Programa de Compliance Público de Goiás gerou economia de R\$ 1,5 bilhão



Governador Ronaldo Caiado marcou presença na abertura do II Seminário do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás (PCP). O evento, que ocorreu de forma virtual, foi realizado de 23/8 a 27/8, destacou os avanços deste que é uma das principais políticas de seu governo

O secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Henrique Ziller, afirmou durante o evento que as conquistas são consequência do apoio empenhado pelo governador Ronaldo Caiado. "A alta gestão determinou que o governo desenvolvesse o PCP, e que ele alcançasse todos os órgãos da administração direta e indireta", disse, sobre o trabalho realizado nos últimos dois anos e meio.

Resultados Coordenado pela CGE, o PCP é desenvolvido em todos os órgãos do Poder Executivo. Também vem de ações realizadas pela CGE a principal economia assegurada pelo programa: R\$ 813,5 milhões relativos a recomendações na aquisição de bens e serviços pelos órgãos estaduais, de um total de R\$ 13,6 bilhões fiscalizados.

Na Secretaria de Estado da Economia, o PCP teve reflexo financeiro positivo de R\$ 311,2 milhões, segundo levantamento divulgado pela CGE. Uma das ações da gestão de riscos adotadas na pasta foi a criação de um grupo de trabalho para reanalisar todas as pensões e aposentadorias de cartórios, a fim de aumentar o controle e retirar da folha os pagamentos indevidos. Essa ação permitiu a retirada de pensões irregulares e a necessidade de se fazer anualmente a "prova de vida" dos beneficiários.

Na Secretaria de Estado de Administração (Sead), ações envolvendo gestão de contratos e compras governamentais geraram economia de R\$ 233 milhões. Durante o seminário, o titular da pasta, Bruno D'Abadia, reforçou a eficiência da Escola de Governo na capacitação dos servidores públicos, inclusive na formação específica relativa aos eixos do programa. "O Compliance é uma grande vitrine do Estado, não só pelos princípios

que prega, mas como exemplo de política pública que funciona e de condutas que podem, sim, ser inseridas na administração pública", afirmou

Mais um resultado expressivo foi alcançado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE): R\$ 157 milhões, economia possível a partir da maior celeridade na análise processual. Outro dado que reforça os benefícios da implementação do programa é a melhoria da situação fiscal do Estado. Em 2020, mesmo com a pandemia, a administração estadual reduziu em 8% as despesas correntes, sendo Goiás o único Estado brasileiro a alcançar a meta positiva.

O PCP tem como objetivos melhorar a gestão, a prestação dos serviços públicos e o valor das entregas à sociedade, bem como implementar a cultura de gerenciamento de riscos para fortalecimento da eficiência e integridade da administração pública. Busca, ainda, fomentar a transparência dos atos administrativos, combater a corrupção e responsabilizar agentes públicos e empresas privadas envolvidos em irregularidades

O seminário Voltado a servidores do Estado de Goiás e pessoas interessadas no tema, o II Seminário do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás foi transmitido pelo canal da Controladoria no YouTube ([youtube.com/c/gegoias](https://youtube.com/c/gegoias))

Na abertura, foi realizado painél sobre o papel das lideranças na implementação do novo Código de Ética de Goiás. Na terça-feira (24/08), o tema foi gestão de riscos, com palestra sobre maturidade em gestão de riscos e apresentação de casos de sucesso verificados na Secretaria de Economia e na Secretaria de Meio Ambiente. Na quarta (25/08), painéis sobre responsabilização de pessoas jurídicas frente à Lei Anticorrupção e juízo de admissibilidade.

O eixo transparência foi o tema dos painéis de quinta-feira (26/08), com apresentação de cinco casos de sucesso relativos a projetos desenvolvidos pelo Governo de Goiás. Na sexta-feira (27/08), foi lançado o 1º Concurso de Artigos Científicos da CGE Goiás e realizados painéis sobre perspectivas e desafios do compliance na administração pública.

## Lançado concurso de artigos científicos sobre compliance público

A CGE lançou o 1º Concurso de Artigos Científicos durante o Seminário do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás. O concurso terá premiação de R\$ 9 mil patrocinado pela Saneago e os artigos inscritos devem tratar do tema Compliance Público abordando, de forma isolada ou conjunta, aspectos relacionados à ética, transparência, responsabilização, gestão de riscos e/ou ouvidoria.

As inscrições, exclusivamente por meio eletrônico, estão abertas e podem

ser realizadas no site da CGE, conforme o edital, no endereço [www.controladoria.go.gov.br/concursodeartigos](http://www.controladoria.go.gov.br/concursodeartigos). Os interessados poderão submeter seus trabalhos até o dia 1º de outubro de 2021, e o resultado será anunciado durante a Semana Internacional de Combate à Corrupção, realizada pelo Governo de Goiás no início de dezembro.

O concurso é aberto a profissionais, estudantes, pesquisadores e interessados no tema em geral, com o limite

de três autores por artigo, sendo que um desses autores deve ter pelo menos pós-graduação lato sensu concluída.

A avaliação dos artigos científicos será feita por uma banca definida pela CGE em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapeg), de acordo com os prazos e demais requisitos expostos no edital.

### 1º Concurso de Artigos Científicos da CGE Goiás

**Público-alvo:** Profissionais, estudantes, pesquisadores e interessados no tema em geral

**Prazo de inscrição e entrega:** Até 1º de outubro de 2021

**Resultado:** Semana Internacional de Combate à Corrupção - 06 a 10/12/2021.

**Editais e mais informações:** [www.controladoria.go.gov.br/concursodeartigos](http://www.controladoria.go.gov.br/concursodeartigos)

**Tema:** Compliance Público

**Premiação:**  
1º lugar: R\$ 5 mil  
2º lugar: R\$ 3 mil  
3º lugar: R\$ 1 mil

Apoio: SANEAGO | Realização: CGE GOIÁS

Controladoria lançou o 1º Concurso de Artigos Científicos durante o II Seminário do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás.

### PARTICIPAÇÃO

## Projeto Embaixadores da Cidadania forma mais uma turma



O governo de Goiás formou, dia 11 de agosto, mais uma turma do projeto Embaixadores da Cidadania. Coordenado e executado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), a edição 2021 do projeto conta com a participação de cidadãos de 105 municípios goianos, 18 estados brasileiros e do Distrito Federal, e ainda de países de língua portuguesa como Cabo Verde, Timor Leste, Angola e Guiné Bissau.

A abertura contou com a presença do controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, e do subcontrolador de Governo Aberto e Participação Cidadã da CGE, Diego Ramalho Freitas. Madureira também o reitor da UFG, Edward Macuêira Brasil e o professor da Universidade de Cabo Verde, João Paulo Madeira.

Foram divulgadas as "top turmas", ou seja, a três turmas com maior participação nas atividades e premiados os dez melhores projetos de desafio social apresentados, que dividiram uma premiação de R\$ 5 mil, patrocinada pelo Sindicato dos Gestores

Regionais do Estado de Goiás (SindGestor).

O terceiro colocado, que recebeu prêmio de R\$ 800, foi o projeto Consultoria em Educação Fiscal para Escolas Públicas, Adilson Rocha (Anápolis-GO); segundo colocado, que recebeu R\$ 900, para o projeto Orçamento Participativo é Cidadania, de Carlos Antônio Coutrim (Jesópolis-GO).

O primeiro colocado, com prêmio de R\$ 1.200, foi o Projeto Civitas, de Nayara Lima, do Pará. O Projeto Civitas (do latim cidadania) tem como objetivo fo-

mentar a participação social de crianças e adolescentes, de maneira a proporcionar o amadurecimento participativo e consciência política e social.

Números Além de 500 vagas destinadas aos goianos, outras 100 vagas foram abertas no Embaixadores da Cidadania para moradores dos demais estados do Brasil e, como novidade, participantes de outros países de língua portuguesa. Ao longo do desenvolvimento das etapas do projeto, foram realizados seis encontros, que totalizaram 1992 participações em aulas, rodas de conversa, oficinas preparatórias e esclarecimento de dúvidas, especialmente quanto à formulação do desafio de impacto social.

Consiguiram chegar à fase final do projeto, com a apresentação dos desafios, 160 participantes, sendo 17 deles internacionais (Cabo Verde e Timor Leste). A proposta do Embaixadores é capacitar pessoas em temas referentes à cidadania e à participação cidadã.

Além da capacitação formal por cursos de educação a distância (EAD), o Embaixadores da Cidadania também tem o objetivo de aproximar o cidadão de sua comunidade e dos espaços de tomada de decisão. Isso é feito por meio do formato de ações práticas de cidadania que possibilitam aos participantes assumir uma postura de protagonismo na sociedade, com a criação de projetos sociais inovadores que pretendam resolver um problema público de forma compartilhada com a comunidade, governo e outros atores.

### FORMAÇÃO

## Goiás já capacitou mais de 5 mil servidores em cursos do Programa de Compliance Público

Desde que o Governo de Goiás implantou o Programa de Compliance Público (PCP) em todos os seus órgãos, em 2019, a Secretaria da Administração (Sead), por meio da Escola de Governo, atua para oferecer aos servidores do Estado cursos que contemplem os eixos do programa. Até a metade de 2021, 5.589 colaboradores passaram por alguma das capacitações específicas relacionadas aos eixos do PCP, que envolvem temáticas como ética, transparência, responsabilização, gestão de riscos, ouvidoria, entre outras.

Certificação profissional Até o momento, 67 servidores do Estado de Goiás já receberam a Certificação Profissional em Compliance Público. Para tanto, eles passaram por todos os cursos da trilha de capacitações do programa e cumpriram 180 horas de formação - 96 horas em cursos que fazem parte dos eixos definidos como obrigatórios e 84 horas em módulos complementares de capacitação. Atualmente, a Escola de Governo oferece seis cursos inseridos nos quatro eixos do Programa de Compliance Público. São eles:

- Eixo 1 - Ética no Serviço Público

- Eixo 2 - Governo Aberto e Participação Cidadã
- Eixo 3 - Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoas Jurídicas - Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

- Eixo 4 - Gestão de Riscos
- Gestão de Riscos para Alta Gestão

### COMPLIANCE PÚBLICO

Mais de 5 mil servidores já foram capacitados em um dos eixos do programa

Mais de 5 mil servidores já foram capacitados em vários temas do programa que envolvem ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

### INTEGRIDADE

## Avanços da gestão e fiscalização de contratos

O Governo de Goiás, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e da Secretaria de Estado da Administração (Sead), realizou nos dias 11 e 12 de agosto o 1º Seminário de Gestão e Fiscalização Contratual, transmitido e gravado pelo canal da CGE no YouTube ([youtube.com/c/gegoias](https://youtube.com/c/gegoias)).

O evento teve como objetivos debater a fiscalização e a gestão de contratos no Poder Executivo, disseminar boas práticas, abordar fragilidades e ações que contribuam para a melhoria do desempenho das atividades dos gestores de contratos nos órgãos estaduais, além de alertar acerca de desdobramentos provenientes da fiscalização e do gestão contratual inadequada.

Os painéis abordaram o papel da administração pública; o contrato de administração pública; os gerentes e responsáveis das áreas de licitação, aquisição, obras, compras e afins; os superintendentes de Gestão Integrada; e os servidores que atuam no Programa de Compliance Público de Goiás (PCP); e aqueles que têm interesse em conhecer como está a área de gestão contratual no Estado.

Paralelamente ao trabalho de inspeção dos processos de licitação realizados pelas secretarias e entidades do Executivo Estadual e da consultoria do Programa de Compliance Público, a CGE criou em sua estrutura, no final de 2020, o Grupo Especial de Auditoria e Integração de Contratos (Geaic). Esse grupo é integrado por gestores de Finanças e Controle do órgão, com o objetivo de acompanhar a gestão, a fiscalização e a execução dos contratos relevantes do Estado para agregar valor à administração

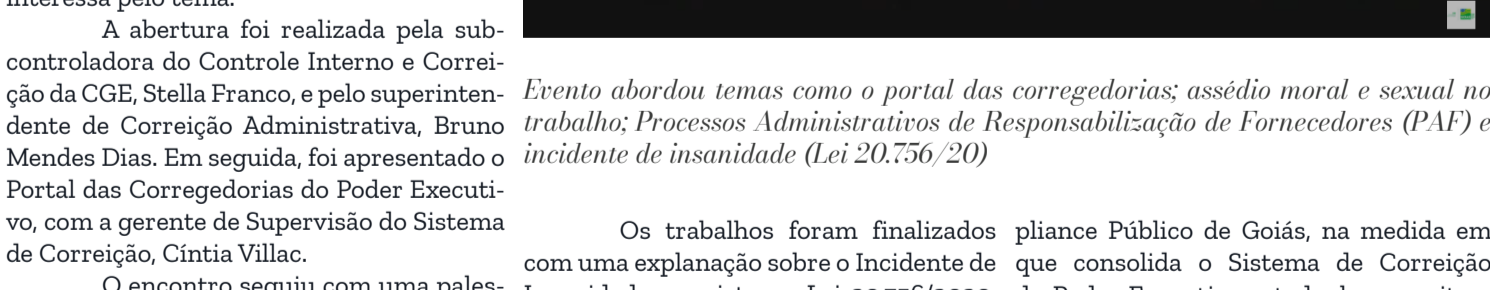


Ricardo Orsini, gestor de finanças e controle; controlador geral Henrique Ziller e secretário da Administração, Bruno D'Abadia fizeram a abertura e palestraram durante o 1º Seminário de Gestão e Fiscalização Contratual

e evitar irregularidades e prejuízos financeiros. Desde a criação, o Geaic inspecionou mais de R\$ 850 milhões em contratos do Governo de Goiás, que resultou na emissão de Informativos de Ação Corretiva aos órgãos. Com esse trabalho, a equipe conseguiu identificar os principais problemas e caminhos na gestão e fiscalização contratual, apresentados no seminário. Também foi lançado um guia, em formato de infográfico, sobre o tema, que está no site da CGE ([https://www.controladoria.go.gov.br/files/Manuais\\_Cartilhas/Cartilhas/guia\\_gestor\\_fiscal.pdf](https://www.controladoria.go.gov.br/files/Manuais_Cartilhas/Cartilhas/guia_gestor_fiscal.pdf)).

Segundo o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, diversas ações de controle da CGE foram reforçadas ou implementadas para cumprir as diretrizes do governador Ronaldo Caiado de que sua administração seja totalmente transparente. Para o governador, é essencial a toda a equipe de governo trabalhar para combater os desvios de conduta e a corrupção, prezar pela regularidade dos gastos públicos e melhorar os serviços e a infraestrutura entregues ao povo goiano.

## Programa Goiás de Resultados homenageia servidora da CGE e projetos do órgão



Foram premiados pelo Programa Goiás de Resultados, dia 18 de agosto, oito servidores estaduais que atuam como Líderes de Resultados e Pontos Focais e que se destacaram pelas entregas no programa ao longo dos últimos seis meses. Entre esses servidores está a gestora Kérima Martins Perreira, da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE).

O Programa Goiás de Resultados reúne todas as metas do governo a serem entregues a população. O evento, que contou com a presença do vice-governador, Lincoln Teijota, serviu como incentivo aos órgãos e aos servidores responsáveis por o incremento de novas entregas dentro dos programas de governo da administração Ronaldo Caiado.

O reconhecimento do trabalho executado pela Controladoria-Geral de Goiás (CGE) veio da premiação por ponto focal. Os Pontos Focais e Líderes de Resultados são representantes dos órgãos, responsáveis pela coordenação e gerenciamento dos projetos estratégicos inseridos no Programa.

Os projetos da CGE que integram o Goiás de Resultados e que se destacaram por apresentar diversas entregas esse ano são o Programa de Compliance Público, Agentes da Cidadania, Embaixadores da Cidadania, Estudantes de Atitude e Goiás Mais Transparente. Segundo Kérima Martins, ela funciona como articuladora das ações, mas as equipes da CGE são as que merecem o reconhecimento pelo trabalho exitoso.

O vice-governador enfatizou que "esses servidores, ao lado de secretários e outras dezenas de Líderes de Resultados

e Pontos Focais do Programa Goiás de Resultados, são peças fundamentais para a execução das políticas públicas que estão fazendo de Goiás um Estado cada vez mais forte".

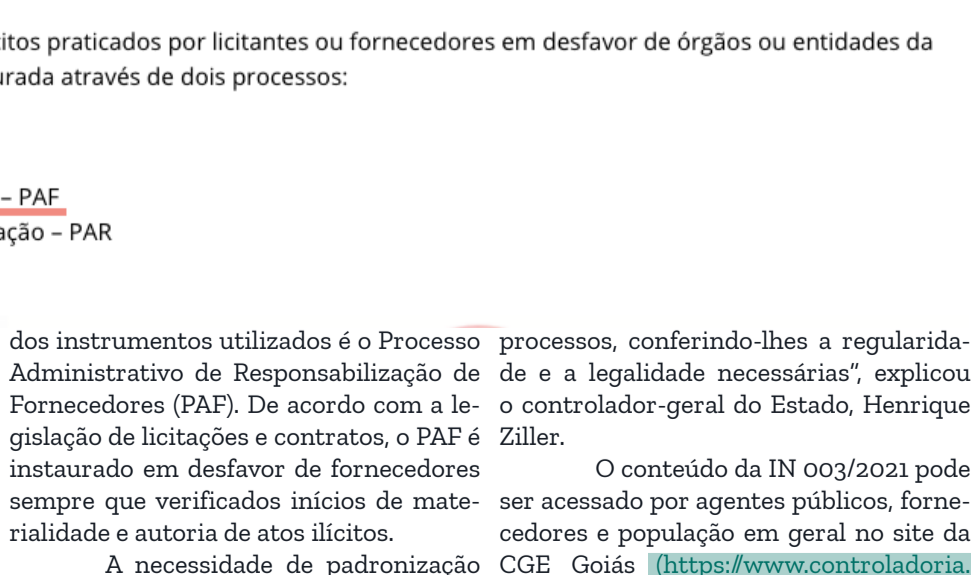
Além da CGE, foram premiados servidores da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Goiás Turismo; Secretaria de Educação; Secretaria de Desenvolvimento e Inovação; Polícia Civil e Diretoria Geral de Administração Penitenciária.

## CGE realiza 3º Encontro das Unidades Correcionais de Goiás

A CGE realizou, dia 26 de agosto, o 3º Encontro das Unidades Correcionais do Poder Executivo goiano, transmitido pelo canal do órgão no YouTube ([www.youtube.com/c/gegoias](https://www.youtube.com/c/gegoias)). O objetivo foi aproximar e padronizar a atuação das unidades correcionais do Estado, em torno de medidas que zelem pela eficiência, eficácia e efetividade da atividade correcional, contribuindo para o fortalecimento da integridade pública e para a promoção da ética e da transparência.

O encontro foi aberto aos servidores que atuam na área correcional, demais agentes públicos e a toda população que se interessa pelo tema. A abertura foi realizada pela sub-controladora do Controle Interno e Subordinação da CGE, Stella Franco, e pelo superintendente de Correição Administrativa, Bruno Mendes Dias. Em seguida, foi apresentado o Portal das Corregedorias do Poder Executivo, com a gerente de Supervisão do Sistema de Correição, Cintia Villar.

O encontro seguiu com um painel sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho, proferida pela psicóloga Juliana Chero-bino, da Secretaria da Saúde de Goiás, bem como uma apresentação sobre procedimentos adotados nos Processos Administrativos de Responsabilização de Fornecedores, com Maria do Carmo Póvoa, da CGE.



Evento abordou temas como o portal das Corregedorias; assédio moral e sexual no trabalho; Processos Administrativos de Responsabilização de Fornecedores (PAF) e incidente de insanidade (Lei 20.756/20)

Os trabalhos foram finalizados com uma explanação sobre o Incidente de Insanidade, previsto na Lei 20.756/2020, tema apresentado pelo gestor de Finanças e Controle da CGE, Renato Nascimento.

Para o superintendente de Correição Administrativa, Bruno Dias, o evento fortaleceu ainda mais o eixo responsabilização, do Programa de Compliance Público de Goiás, na medida em que consolida o Sistema de Correição do Poder Executivo estadual e permite o compartilhamento de mais conhecimento e ferramentas aos operadores da atividade, voltada à responsabilização de agentes públicos e de fornecedores da administração.

## Regulamentado o Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores no Estado de Goiás

### PORTAL DAS CORREGEDORIAS

## Responsabilização de Entes Privados

A responsabilização administrativa por atos ilícitos praticados por licitantes ou fornecedores em desfavor de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual poderá ser apurada através de dois processos:

- Processo Administrativo de Fornecedores - PAF
- Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

A CGE publicou no Diário Oficial do Estado de 26 de agosto a Instrução Normativa 003/2021, que regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas (PAF). A divulgação foi feita durante o 3º Encontro das Unidades Correcionais do Poder Executivo goiano, evento organizado pela Superintendência de Correição Administrativa da CGE.

A CGE detém a competência de definir e sistematizar os procedimentos da atividade correcional, na condição de órgão central do sistema de correição. Um

dos instrumentos utilizados é o Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores (PAF). De acordo com a legislação de licitações e contratos, o PAF é instaurado em desfavor de fornecedores sempre que verificados inícios de materialidade e autoria de atos ilícitos. A necessidade de padronização dos procedimentos ocorre pela coexistência de leis federais e estaduais que regem as licitações e contratos. "Havia a necessidade de se editar uma instrução normativa destinada a orientar as unidades correcionais na tramitação desses

processos, conferindo-lhes a regularidade e a legalidade necessárias", explicou o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller.

O conteúdo da IN 003/2021 pode ser acessado por agentes públicos, fornecedores e população em geral no site da CGE Goiás ([https://www.controladoria.go.gov.br/files/Normas\\_CGE/InstrucoesNormativas2021/Instrucao-Normativa-003-2021.pdf](https://www.controladoria.go.gov.br/files/Normas_CGE/InstrucoesNormativas2021/Instrucao-Normativa-003-2021.pdf))